

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

Class.: Constituição / Revisão

Data: 08/05/93

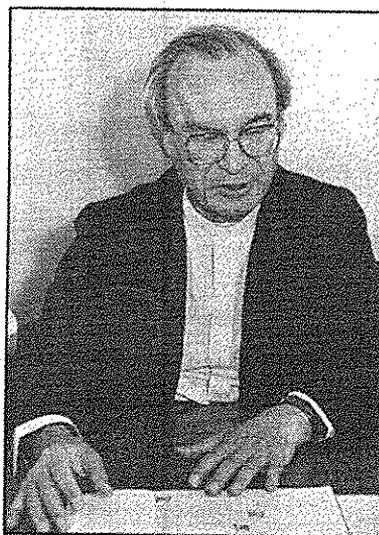
Pg.: 2 03

### CNBB condena ampla revisão constitucional

Indaiatuba (SP) — A Trigesima Primeira Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), encerrada ontem em Itaici, município de Indaiatuba — a cem quilômetros de São Paulo — propôs que sejam definidos os limites da revisão constitucional. O manifesto "em defesa da Constituição" defende recurso, junto ao Supremo Tribunal Federal, para que se defina "clara e precisamente o âmbito exato da revisão constitucional", previsto nas Disposições Transitórias.

Os 255 bispos, em assembléia desde 28 de abril, estão apreensivos com a possibilidade de mudanças "substanciais e apressadas" na Constituição. "Isso poderia pôr a perder o rico patrimônio conquistado pela Nação, na Constituinte de 1988", disse dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB. Entre elas, dom Luciano citou os direitos dos povos indígenas, a redução da jornada de trabalho, o Estatuto do Menor e do Adolescente e a licença-maternidade.

"É preciso termos a consciência de que o estado de direito está sob ameaça", acrescentou o arcebispo de Mariana (MG). "No período ditatorial se mudava a Constituição casuisticamente e isso não pode ocorrer



D. Luciano: retrocesso

numa democracia moderna".

No sétimo, dos oito itens do manifesto, a CNBB chama a atenção para o fato de "nenhuma carta constitucional moderna admitir modificações de fundo, só por maioria absoluta". Os bispos alertam que o atual Congresso não tem poderes constituintes. "A revisão deve ser limitada ao resultado do plebiscito de abril, para garantir uma república presidencialista eficaz", disse dom Luciano.

Dom Luciano Mendes deve se encontrar com o presidente Itamar Franco, na próxima terça-feira. Dom Luciano levará as preocupações básicas da 31ª Assembléia Nacional dos Bispos, especialmente no que se refere à reforma.

O líder do PDT na Câmara, deputado Luiz Salomão (RJ), disse ontem que seu partido

considera inoportuno qualquer debate sobre revisão constitucional antes de 6 de outubro e que, mesmo depois daquela data, só aceitará discutir mudanças na Constituição a partir de pontos de consenso.

Salomão questiona a legitimidade do atual Congresso para fazer uma revisão constitucional: "A questão é saber se, eticamente, o atual Congresso, com mais de dois terços parlamentaristas, tem credenciais para elaborar uma revisão constitucional. O resultado do plebiscito impugnou os congressistas, que revelaram total falta de sintonia com a sociedade, majoritariamente presidencialista. A revisão, assim, seria uma revanche no tapetão".

Alguns pontos que, segundo Salomão, podem motivar o PDT à negociação, numa eventual proposta de alteração da Constituição, são a redução, de cinco para quatro anos, do mandato do presidente da República, a simplificação dos tributos e regras para tornar a carga efetiva de impostos mais próxima possível da carga nominal, mediante o aperfeiçoamento da máquina de arrecadação.

"O PDT não aceita o argumento de que a Constituição de 1988 foi responsável pelo insucesso dos governos Sarney e Collor na repartição do bolo tributário entre União, estados e municípios", afirma Salomão, que propõe a municipalização e estadualização do maior número possível de encargos, em especial nas áreas de saúde, educação e transportes urbanos.